

Empreendedorismo Social Sob A Perspectiva Da Ação Empreendedora: A Imaginação Conceitual Dos Gestores Da Associação Dos Pescadores Artesanais De Brasília Teimosa Na Cidade Do Recife-Pe.

Roberto Bazílio de Sousa¹
Fernando Gomes de Paiva Jr.²

Resumo:

Este estudo descreve como uma entidade social tem se constituído a partir da ação empreendedora, utilizando-a como ferramenta de gestão para o enfrentamento de questões ligadas ao desenvolvimento socioeconômico dos associados e moradores de uma comunidade popular. Abordagem qualitativa e a análise de conteúdo temático. As comunidades populares são percebidas como campo fértil à institucionalização do empreendedorismo social, entretanto, marcado por conflitos com os setores públicos e privados. Ao utilizar-se da ação empreendedora contribuem com a promoção institucional na comunidade. Esses atores são influenciados pela imaginação conceitual que possibilita aos empreendedores atuarem dentro de um espaço social nutrido pela articulação com vários sujeitos. O potencial desses empreendimentos em comunidades populares é evidenciado como quebra de paradigma mercadológico. O empreendedor social assume lugar de destaque quanto às transformações ocorridas na comunidade; apesar da precarização do trabalho e da insuficiente mão de obra, esses sujeitos influenciam o modo de vida dos associados e moradores.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social. Ação Empreendedora. Imaginação Conceitual. Comunidade Popular.

1 Introdução

As duas últimas décadas do século XX e a primeira década do século XXI marcaram o mundo com mudanças estruturadoras e norteadoras que impulsionaram o Estado, as empresas e a sociedade a se reorganizarem em torno do movimento capitalista com ênfase no desenvolvimento dos espaços sociais³. Os movimentos sociais⁴ têm contribuído com transformações na arena social por intermédio das redes de relacionamento, possibilitando o

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco / Integrante do Grupo de do Lócus de Investigação de Economia Criativa. robertobazilio.consultoria.adm@gmail.com

² Doutor em Administração pela UFMG. Professor do Departamento de Ciências da Administração (DCA/UPE). Docente efetivo do PROPAD/UFPE. Pesquisador do Lócus de Investigação de Economia Criativa. fernando.paivajr@gmail.com

³ Concebe-se **espaço social** como o meio em que os indivíduos vivem, partilham de suas experiências e desenvolvem suas relações com os outros. Espaço esse dotado da própria constituição do sujeito em suas áreas sociais, tal como: saúde, educação, geração de emprego e renda como fontes de manutenção desses “espaços sociais” (Ver MORAIS. J. M. L., MACEDO. F. C. A formação social brasileira no espaço: o capitalismo mercantil e a conformação do nordeste, 2012).

⁴**Movimentos sociais** – se tornaram em todo o mundo espaços para se discutir as relações entre Estado, Empresas privadas e comunidades. Esses movimentos se apresentam como instituições sociais que possibilitam a geração de emprego e renda dos sujeitos, pressionando o primeiro e o segundo setor da economia a agirem com equidade sobre a sociedade (Ver MELO, 2012; GOHN, M. G, 2011. Movimentos sociais na contemporaneidade).

fortalecimento das ações dos empreendedores sociais. Os empreendimentos sociais⁵ surgem como instituições que investem parte do lucro arrecadado em projetos e programas sociais à transformação e constituição da vida humana nessas comunidades (JULIEN, 2010; RODRIGUES, 2007; LOWE E MARRIOT, 2006; LOPES, 2006).

O empreendedorismo social se constitui como um campo multidisciplinar, contemplado por múltiplos setores, a exemplo de empresas privadas, comunidades e as instituições de ensino que passaram a intervir em áreas que antes eram exclusivamente de competência estatal. Para tal, os empreendedores sociais se utilizam, muitas vezes, de elementos culturais⁶, contribuindo para as transformações de comunidades populares a partir de estratégias que consolidam a economia desses espaços sociais (SOUZA, 2006; OLIVEIRA, 2004).

Desse modo, o empreendedor possui algumas características que lhe são pertinentes e necessárias à permanência no mercado; essas características foram desenvolvidas por Paiva Jr. (2004), a partir dos processos fenomenológicos estudados pelo filósofo Alfred Schütz (1979) no campo privado. Paiva Jr (2012), afirma que essas características possibilitam o desenvolvimento das organizações nos mercados. Conclui ainda que, a ação empreendedora possui três dimensões, quais sejam: imaginação conceitual, interação social e expertise, entretanto, este artigo se propõe a descrever apenas a utilização da imaginação conceitual dos gestores sociais da APABT na comunidade de Brasília Teimosa na cidade do Recife-PE. Para Rodrigues (2007), os estudos a cerca das organizações sem fins lucrativos (OSFL) apontam o crescimento dessas organizações que “*surgem acompanhadas por mudanças em seus modelos de gestão*”, tanto organizacional, quanto de governança. A autora, afirma que essas organizações têm por objetivo: “[...] *desenvolver relações entre os modelos de gestão de organizações sem fins lucrativos e inovação social*” (RODRIGUES, p.111, 2007).

É imperativo repensar o desenvolvimento de modelos econômicos que contribuam para o crescimento e manutenção de comunidades populares, de tal modo que: a) esses cidadãos se reconheçam como parte integrante das comunidades em que vivem; b) haja um fortalecimento das relações sociais; c) percebam-se como trabalhadores, e, d) os modelos de gestão contribuam para o fortalecimento socioeconômico.

O atual modelo econômico está sendo legitimado sob a perspectiva da eficiência à máxima garantia dos direitos sociais. Países como Portugal, Alemanha e França têm operacionalizado sob a perspectiva de trabalho a partir das empresas sociais em que os empreendedores atuam como agentes de mudanças conscientes que os projetos necessitam desencadear uma estrutura sólida de comércio e sociedade contribuem com aproximadamente 15% do PIB, enquanto no Brasil as entidades sociais contribuem com o Apenas 3% do PIB. Os modelos de projetos sociais existentes no início de século XXI não podem ser analisados sob a mesma ótica dos modelos estruturados nos séculos, uma vez que esses espaços sociais possuem necessidades que diferem de épocas passadas (INES, CASES, 2012; LOPES, 2006; RODRIGUES, 2007).

⁵**Empreendimentos sociais** – organizações que se desenvolvem na contramão da atual forma de gestão capitalista, uma vez que, os sujeitos envolvidos não desenvolvem uma relação “patrão / empregado”, mas de cooperativismo e gestão compartilhada (ver INES, CASES, 2012; Lopes, 2006).

⁶**Elementos culturais** – são artefatos que sinalizam a cultura de determinado grupo ou região. Os empreendedores sociais se utilizam desses elementos para fortalecerem os laços entre eles e a comunidade possibilitando maior desenvolvimento socioeconômico (LEÃO, MOUTINHO E XAVIER, 2012).

No Brasil, o desenvolvimento da temática do empreendedorismo social vem sendo objeto de pesquisas de instituições educacionais há menos de três décadas, entrando na agenda do Estado a partir de 2004 (menos de uma década de discussão) com o surgimento da economia solidária (MELO, 2012, p.17). Mesmo assim, ainda não existem ações concretas por parte do Estado e as discussões sobre a inclusão dessa microeconomia não está efetivamente concluída como prioridade da agenda estatal para o fortalecimento da economia, quer seja social, solidária, criativa como “políticas públicas”. Para autores como Leão et al. (2012), nessas instituições tem sido evidenciado um movimento de cooperativismo gerando integração, interação e cooperação e um aumento no capital social. Os autores partem da perspectiva de que as instituições empreendedoras se constituem como elementos relevantes para o desenvolvimento de um determinado território; afirmam que as parcerias com órgãos estatais ajudam na consolidação das práticas sociais. Dessa forma, busca-se o desenvolvimento de empreendimentos sociais sustentáveis no Brasil por meio de parcerias que legitimem a ação desses agentes sociais e contribuam com os processos de mudança, possibilitando ainda a institucionalização de APL’s sociais (LEÃO, MOUTINHO E XAVIER, 2012).

A formação de empreendimentos sociais nas regiões brasileiras tem sido particularmente articulada por intervenção de agentes empreendedores, promotores de mudanças no comportamento dos indivíduos. Esses sujeitos contribuem com a erradicação ou minimização dos índices de pobreza alavancando a economia. Além disso, há uma crescente profissionalização desses atores; embora, não exista fiscalização efetiva em relação aos trabalhos realizados por essas entidades no país (OLIVEIRA, 2006). Logo, os estudos de avaliação de projetos sociais em organizações da sociedade civil revelam que os empreendedores sociais influenciam no crescimento das suas comunidades (CAMPOS e ANDION, 2011; IBGE, 2010).

As lentes teóricas acerca dos estudos em empreendedorismo e a institucionalização de empreendimentos sociais são vistas sob a perspectiva da ação empreendedora em uma comunidade classificada como zona especial de interesse social (ZEIS)⁷. Assim, o trabalho realizado pelos gestores da Associação dos Pescadores Artesanais de Brasília Teimosa, localizada na cidade do Recife-PE (A.P.A.B.T.) é objeto deste estudo. Apesar de apresentarem ênfase na atividade pesqueira, eles atuam em outras áreas, tais como: meio ambiente, a capacitação de jovens para o mercado de trabalho e a venda interna de serviços e produtos como possibilidade de desenvolvimento econômico.

2 Referencial Teórico

2.1. Alicerce e evolução do Empreendedorismo

Os sistemas sociais estão presentes na vida e no cotidiano dos seres humanos desde a constituição e formação do trabalho até as relações sociais nas comunidades. As necessidades primárias foram as primeiras a serem superadas pelo homem que se desenvolveu a partir dos ‘grupos sociais’ para proverem o necessário à sobrevivência da espécie humana. Nesse

⁷ As ZEIS – como são denominadas são zonas especiais de interesse público, protegidas por Lei, constituem uma série de fatores que proíbem o empresariado investirem de modo a destruir com o contexto histórico. Geralmente uma ZEIS é carregada de sentido histórico, suas lutas e o surgimento de determinada comunidade em dado contexto social. Existem vários estudos sobre a temática (ver DIAS. G. S, 2008; DE LA MORA. L, DE LA MORA. C, C., 2003).

sentido, o empreendedor é definido como “alguém que exerce atividades de risco”, ao comprar determinado produto e prospectar sua venda por valor superior.

Observado como um “catalisador” para o desenvolvimento econômico, o empreendedor é capaz de gerenciar e administrar seus bens e serviços e realocá-los em diferentes áreas de negócios. Nesse processo de catalisação, seus investimentos são aplicados apenas em setores que geram rentabilidade para as organizações. Pode-se dizer, então, que esse agente se desenvolve com o suporte superorgânico de uma rede de negócios, a qual tem em si a capacidade de formar laços fortes ou frágeis, tendo possibilidade de gerar produtividade para sua organização (JULIEN, 2010; LOWE; MARRIOT, 2006, PAIVA JR, 2004).

O empreendedor surge no período medieval, momento em que a forma de comercializar revela o caráter empreendedor dos comerciantes da época. Nesse período, era quase impossível distinguir as estruturas sociais dos sistemas econômicos. Esse período é marcado pelo surgimento do Estado, das cidades, da indústria e do comércio, embora seja esta uma fase histórica ainda em via de desenvolvimento e criação de valor social (SOUSA, 2006).

Como um campo aberto e novo, o empreendedorismo passa a ser discutido por atores que partilham ou não das mesmas perspectivas, como no caso de Knight (2005), refuta o pensamento Schumpeteriano em sua totalidade acerca dos empreendedores serem atores que correm riscos, concordando em parte, pois para ele, existem riscos que são incertos, não podendo ser calculados e outros que são extremamente calculáveis. Portanto, o estudo de Knight (2005) revela o “porque” dos empreendedores sociais surgem no mercado e “o que” os motivam a estarem sempre na “busca” por desenvolver “novas” invenções (Inovação).

Assim, o estudo de Knight (2005) revela algumas categorias que demarcam esses sujeitos, tais como: (a) necessidade de sucesso nos empreendimentos; (b) carências de reconhecimento nos serviços desenvolvidos para os mercados; (c) detenção de controle e poder sobre os sistemas econômicos e produtivos; (d) sentem-se realizados em empreender ainda que corram riscos; e, (e) personalidade demarcada por um perfil estratégico.

As análises acerca do empreendedorismo estão em diversos campos disciplinares como Economia, Psicologia e Sociologia. Os estudos desenvolvidos ao longo das quatro últimas décadas do século XX possibilitaram maior compreensão acerca do empreendedor privado, abrindo novas possibilidades para se entender seu perfil no campo social.

Configurado como “fenômeno” capaz de gerar transformações nos grupos sociais, o empreendedorismo social é composto de ações que modificam a realidade dessas comunidades que se encontram em situações precárias como é o caso das ZEIS. Partindo da compreensão de empreendimentos sociais como instrumentos de mudança e apoio ao aparelho estatal, suas lideranças estão no controle, combate, erradicação e/ou minimização das problemáticas sociais nessas comunidades (ELKINGTON, J.; HARTIGAN, P, 2008; KNIGHT, 2005; OLIVEIRA, 2004).

2.2 Empreendedorismo Social

O desenvolvimento e fortalecimento do empreendedorismo social variam, tanto de perspectiva teórica, quanto de região para região no Brasil e no mundo. Assim, o Brasil passou a ser um campo de interesse de instituições que atuam por meio de práticas empreendedoras sociais a partir do final do século XIX quando empresas especializadas em pesquisas sociais instalaram-se no país para realizar pesquisas sobre o desenvolvimento do “fenômeno” nas comunidades e Estados a fim de compreender e contribuir com projetos que minimizem as problemáticas sociais. O fato de o Estado ter minimizado sua atuação no

campo social e o impacto das estratégias neoliberais sobre as comunidades passou a ser o meio pelo qual os atores sociais atuavam como pontes estratégicas para as mudanças sociais (IPEA, 2009; ASHOKA, 2012).

Desse modo, estima-se que, no Brasil, existem mais de 450 (quatrocentos e cinquenta mil) Organizações Não Governamentais (ONG) cadastradas, o que significa que o empreendedorismo social cresceu em larga escala entre os anos de 2005 a 2010, um crescimento de aproximadamente 35% comparado com o ano de 2005 onde existiam apenas 338 mil registros desse tipo de Organização. Essas instituições que atuam sobre o enfoque do empreendedorismo social diferem umas das outras em números de participantes, na forma de conseguir recursos, de atuação e até mesmo sobre perspectivas teóricas quanto à definição de territorialidade e as políticas de desenvolvimento nas comunidades (IBGE, 2010).

O campo social é o lugar onde se manifestam as relações das comunidades e nele as estratégias de desenvolvimento de território nascem a partir das articulações entre os agentes, as entidades sociais ou privadas e o Estado. Esses atores concebem o território como espaço de desenvolvimento das relações, entretanto, os trabalhos desenvolvidos por essas entidades se deparam com uma problemática quanto a políticas setoriais e políticas territoriais (FLORES, 2006,). Assim, o território, como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações e iniciativas sociais por meio de políticas e diretrizes de organizações não-governamentais, públicas e privadas. Esse processo acaba por se deparar com o confronto entre políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento, ambiente institucional local e externo.

Existem diferentes perspectivas quanto ao uso da terminologia “território”, os agentes sociais, privados e o Estado coexistem com diferentes perspectivas acerca da temática “territorialidade”, bem como sua utilidade e definição. As diferentes perspectivas obrigam as instituições a definirem qual a compreensão de território como objeto de análise. Assim, o trabalho desenvolvido por estas instituições são frutos das articulações estabelecidas entre Estado, empresas e comunidades, entretanto, o empreendedorismo social é “um conceito em via desenvolvimento”, mas, possui “*características teóricas, metodológicas e estratégicas próprias*”, o que o diferencia de uma gestão com abordagem tradicional (OLIVEIRA, 2004).

O termo Empreendedor Social refere-se a “existência de indivíduos que combinam pragmatismo, compromisso com resultados e visão de futuro para realizar profundas transformações sociais”. Desse modo, o sujeito empreendedor no campo social, passa a ser difundido por uma lente teórica na qual sua capacidade de produzir bens e serviços está ligada ao desenvolvimento econômico contribuindo para melhorias sociais. Assim, de acordo com o instituto Ashoka o empreendedor social é aquele que possui características próprias e aponta para tendências e traz soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais; por meio da ação desses agentes é possível entender como ocorrem os processos de mudança e como as comunidades são influenciadas quanto ao engajamento em torno de uma causa comum (ASHOKA, 2012).

Os projetos das instituições sociais necessitam causar impactos na vida dos indivíduos de modo a gerar emancipação social. Os indivíduos beneficiados são orientados a serem multiplicadores das ações, promovendo ciclo vicioso quanto à formação e criação de novos empreendedores sociais. Esses atores se utilizam da ação empreendedora como mecanismo indutor do desenvolvimento de comunidades. Dessa forma, existem características próprias que revelam tanto “quem é” o empreendedor social, quanto “qual é” a característica de um empreendimento social. Todavia, pode haver imbricamento das parcerias, embora cada

interagente busca sua própria sobrevivência sob a égide de sua missão, metas e valores, definidos na constituição do empreendimento (LEÃO et al. 2012; IES, 2012; OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA, 2004).

3. A Ação Empreendedora na Órbita Social

Existem semelhanças e diferenças no que se refere às ações gerencialistas e empreendedoras, entretanto, ambas se complementam (SOUSA e PAIVA JR, 2012). Para os autores, enquanto as atividades gerencialistas referem-se a “atividades de apoio”, as empreendedoras se constituem como “atividades finalísticas” à organização. Nesse sentido, existe uma complementaridade em que se interligam e passam a vivenciar uma relação de dependência. A dinâmica organizacional passa a ser vislumbrada a partir de duas ações/dimensões: 1º) ênfase na eficiência e na racionalidade da utilização dos recursos, cumprimento das metas e objetivos; 2º) como processo visionário em que o empreendedor torna-se capaz de perceber os “recursos” e atuar em torno da potencialidade real, possibilitando a inovação da instituição/organização. Ainda conforme os autores, a ação empreendedora é a força motriz do empreendedorismo. Desse modo, afirmam que:

A importância de se debruçar sobre a ação empreendedora é a força motriz do empreendedorismo, uma vez que impulsiona o empreendedor a agir de modo a gerar consequências sociais, políticas, econômicas e culturais. [...] a ação empreendedora pode ser guiada pela satisfação do empreendedor, em primeiro plano, seguida de poder e afiliação. [...] fortalece-se com a perspectiva acerca da inovação por resultar em um valor econômico para a sociedade e ser necessária para o empreendedorismo (SOUSA, PAIVA JR., 2012, p.30, 31).

Assim, as discussões sobre empreendedorismo vêm sendo ampliada, uma vez que redirecionamos o debate para o campo social, especificamente o desenvolvimento de comunidades populares e a inserção de entidades não governamentais na consolidação de empreendimentos sociais. Esses adventos são evidenciados como a evolução do campo da Administração nos espaços sociais. Assim, o empreendedorismo social configura-se como umas dessas possibilidades de crescimento, sustentabilidade e promoção social em que o sujeito passa a articular-se por intermédio da ação empreendedora sendo percebida a partir da dimensão **imaginação conceitual** (MOTTA, 2010; VIDAL, FARIA E MOREIRA, 2010; PAIVA JR., 2004).

3.1. Imagem Conceitual

Os estudos elaborados por Paiva Jr. (2004) acerca do empreendedor e da utilização da ação empreendedora como ferramenta de gestão apresentam o empreendedor como um sujeito capaz de utilizar as experiências vividas na prática de gestão, conferindo ao empreendedor, êxito na tomada de decisões. Dessa forma, adaptamos os conceitos elaborados por Paiva Jr. (2004) construindo categorias de análises sobre o empreendedor com foco em empreendimentos sociais. Essa tem sido uma tentativa de compreender como as relações se constituem nos espaços sociais populares. De acordo com o quadro (01) abaixo, é possível perceber as dimensões sociais das categorias.

Quadro (01) Categoria Imaginação Conceitual

<p>MAGINAÇÃO CONCEITUAL</p>	<p>Evidenciam-se a partir das experiências vividas pelos empreendedores sociais e que influenciam as decisões pessoais e profissionais. Sendo assim, seu caráter e suas percepções acerca de determinado assunto. As tomadas de decisões dentro das instituições, o conhecimento e as ações de inovação são a ser fortemente influenciadas por sua imaginação conceitual. O estudo realizado por Vidal, Faria e Moreira (2010) sobre arranjos produtivos auto gerenciáveis baseados na cooperação e a formação de redes associativas de desenvolvimento local sustentável e integrado, analisou a experiência de empreendedorismo social desenvolvida pela FUNDESOL, uma organização da sociedade civil de interesse público que atua na área do desenvolvimento local na comunidade do Grande Bom Jardim. Os autores identificaram que o empreendedorismo social ocorre a partir da formação de redes interinstitucionais locais e do empoderamento dos pequenos empreendedores informais. Verificou-se que a ação de empreendedorismo social possibilita o surgimento de empreendimentos populares individuais ou familiares através do crédito solidário e da assistência técnica ofertada por sistemas de incubação social potencializando vocações econômicas locais, gerando trabalho e renda para famílias de baixa renda excluídas socialmente.</p>
<p>CONVIVÊNCIA COM RISCO</p>	<p>O estudo de Gaiger (2008) sobre as dimensões empreendedoras revela que os empreendedores sociais se articulam por intermédio de problemas que afetam igualmente as organizações. Geralmente esses atores surgem no mercado / comunidades e são geridos por dois fatores fundamentais: o princípio de autogestão e cooperação. O autor apresenta ainda que esses indivíduos atuam sobre as instituições de maneira coletiva, as decisões tomadas pelos empreendedores sociais muitas vezes é conflituosa e o risco faz parte da vida diária desses profissionais que atuam sobre a lógica do social. Assim, os projetos implementados passam por discussões e análises no contexto das instituições na tentativa de diminuir os riscos. Esses atores/instituições necessitam de suporte ao desenvolvimento das ações; Ainda de acordo com o autor se não houver uma compreensão adequada os esforços de incubação ou de consolidação dessas iniciativas correm o risco de cingirem à transmissão de um conjunto de dispositivos técnicos, incapazes de sustentar em longo prazo os empreendimentos como organizações viáveis e alternativas.</p>
<p>AUTONOMIA</p>	<p>O estudo realiza por Barros, Madruga e Ávila (2012) sobre empreendedores sociais revelou que esses atores/instituições são inovadores com uma missão social, existindo uma relação entre as associações e as dimensões da atitude empreendedora no contexto de efetivação dos empreendimentos sociais. Assim, a dimensão social foi evidenciada como moderada e alta, resultado que favorece ainda mais a autonomia. Destacando ainda que as Organizações não Governamentais (ONGs) e o Terceiro Setor estão repletos de empreendedores. Definidas como conjunto de organizações ou instituições sem fins lucrativos com autonomia e administração própria cuja função e principal finalidade é atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando à busca do seu aperfeiçoamento. Desse modo, a autonomia é evidenciada a partir da articulação desses atores para a consolidação do trabalho (determinando o futuro da organização).</p>
<p>DISPOSIÇÃO PESSOAL</p>	<p>Movimento que consiste no quanto o empreendedor social está engajado no serviço, ação ou projeto. Esse é um dos fatores que corroboram para o sucesso nas tomadas de decisões dessas instituições. O estudo de Ribas (2011) revelou que a motivação como <i>recompensa</i> não se limita a fatores meramente financeiros, mas também existenciais que fazem parte das aspirações pessoais de cada empreendedor.</p>
<p>INTUIÇÃO</p>	<p>Os empreendedores sociais são direcionados por este sentimento que é necessário “arriscar” quando se trata de implementar determinado projeto, nesse momento a intuição serve para analisar as possibilidades de sucesso, entretanto, ainda que ajam perdas, o sujeito as vê como aprendizado para análises de projetos futuros. O estudo de Pereira, Cordeiro e Batista (2012), sobre empreendedorismo regional apontam para um olhar sobre a identidade cultural em narrativas locais, revelando que esses atores utilizam a racionalidade e intuição, essas dimensões se misturam na identificação e aproveitamento de oportunidades de negócios, conservando-se no empreendedor a paixão pelo trabalho e o reconhecimento de que a experiência acumulada fortalece o processo decisório e amadurecendo tanto os sujeitos como as instituições no enfrentamento de novos desafios.</p>
<p>DESPRENDIMENTO</p>	<p>Desprendimento é o equilíbrio almejado pelo empreendedor social em relação à expansão da visão dos negócios. Nesse contexto, o sujeito passa a causar estranhamento entre sua vida pessoal e profissional, possuindo a capacidade de desligar-se do trabalho sempre que necessário e não misturando seus projetos pessoais com os profissionais. O estudo de Sousa Paiva Jr., Lira (2010) sobre a abordagem multidimensional do empreendedorismo no setor público, revelou que a imaginação conceitual dos atores está na consciência do empreendedor pela qual emergem temas estruturais juntamente com seu pensar e agir. O desprendimento é a capacidade que esses sujeitos possuem de estarem imbricados com várias ações e processos sem necessariamente misturá-los. O estudo apontou ainda que as ações empreendedoras desses atores revelam práticas reflexivas e coletivas quanto ao trabalho que desenvolvem e como projetam suas ações futuras.</p>
<p>SUBJETIVIDADE</p>	<p>O estudo de Pereira, Cordeiro e Batista (2012) sobre empreendedorismo regional, revelou que a identidade cultural e o reconhecimento do trabalho coletivo das empresas estão diretamente relacionados com o processo de atuação de suas redes pessoais e de negócios, sendo importante o compartilhamento de ideias e ações com outros produtores para maior eficiência, geração de lucro e desenvolvimento em contraposição à ideia da atuação isolada. Poder-se-ia, no endossamento de ações empreendedoras <i>coletivas</i>, vislumbrar a criação de um campo de ação proativa que expandisse (alianças) a imagem da região como cadeia produtiva de grande repercussão no cenário nacional e mundial. Nesse caso, o empreendedor passa a ser guiado pela autopercepção. Sendo esta definida como: vontade que o permite ir à busca dos resultados positivos. Para isso, os atores e instituições [re] afirmar (ão) alianças como forma de articulação interpessoal subjetividade, mas necessário à sobrevivência dos projetos e das instituições, bem como dos próprios empreendedores.</p>

VISÃO INTEGRAL

Os estudos de Modica (2009) sobre as redes europeias e globais dos Geoparques de proteção do patrimônio geológico como oportunidade de desenvolvimento local e colaboração entre territórios, revelou que as ações dos atores são articuladas de maneira sistêmica, assim, passam a ter uma visão integral dos processos em que estão inseridos. Para isso, aplica-se uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseada nas características naturais e culturais do território, com ações de proteção, educação e promoção das atividades desenvolvidas proporcionando o crescimento da economia. “O patrimônio geológico, que reporta à memória da Terra, integra-se com a riqueza histórico-cultural e natural do território”. O empreendedor social passa a ser analisado sob o prisma das relações que desenvolveu ao longo das ações / projetos em que esteve envolvido. Assim, a transparência nos processos, o trabalho em grupo, bem como, o desenvolvimento de ações que corroborem ao desenvolvimento de determinada comunidade local a nível socioeconômico e ambiental.

Fonte: Adaptado de Paiva Jr. (2004).

Os estudos acerca da imaginação conceitual dentro de uma perspectiva construcionista afirmam que existe uma busca pela compreensão reflexiva sobre as atividades desenvolvidas pelos indivíduos enquanto atores sociais. Essa busca por melhores condições de trabalho se reflete na perspectiva de análise dos objetos desenvolvidos pelos gestores dos empreendimentos sociais. Desse modo, a imaginação conceitual de um empreendedor social é permeada por fatores externos a seu crescimento enquanto ser humano que ao longo do tempo foi acumulando conceitos e gerando afirmativas em relação às atividades que desenvolve e necessitam tomar decisões.

As características empreendedoras desses sujeitos estão ligadas diretamente a questões sociais sob a perspectiva de melhorar as comunidades em que atuam, desenvolvendo políticas sociais de apoio aos excluídos socialmente, bem como apresentando propostas que solidifiquem e possibilitem transformações socioculturais e econômicas nas localidades que possuem parceria (PEREIRA, CORDEIRO E BATISTA, 2012; BARROS, MADRUGA e ÁVILA, 2012; RIBAS, 2011; SOUSA, PAIVA JR., 2010; LIRA, 2010; VIDAL, FARIA E MOREIRA, 2010; MODICA, 2009; GAIGER, 2008).

4. Metodologia

Partindo do pressuposto da natureza qualitativa do estudo, buscou-se analisar de forma reflexiva a capacidade que os agentes sociais possuem quanto à utilização da ação empreendedora, contribuindo com o desenvolvimento e fortalecimento de uma instituição social que tem utilizado a ação empreendedora como ferramenta de gestão para a promoção socioeconômica em uma comunidade popular pela perspectiva dos participantes (FLICK, 2009; CRESWELL, 2007).

Desse modo, classificamos o tipo de pesquisa como descritiva, sendo este um estudo de caso único. O critério de Inserção do sujeito utilizou-se inicialmente a partir da importância que a comunidade confere aos serviços prestados pela instituição social; Logo, percebeu-se outros aspectos que confirmaram o sujeito da pesquisa, tais como: a) O impacto social gerado a partir da ação dos agentes sociais; b) Os serviços ofertados visam melhorias para a classe de trabalhadores e seus familiares; e, c) A Instituição atua em uma comunidade popular e possui aspectos que revelam sua capacidade empreendedora no campo social (VERGARA, 2009; COUTINHO; CHAVES, 2002).

A Coleta de Dados foi conduzida por meio de um protocolo entrevistas aberta que proporcionou a criação de outras perguntas a partir dos desdobramentos oferecidos pelas respostas dos gestores, associados e da própria comunidade (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008; PIRES, 2008). Assim, o tratamento e análise de dados parte de uma perspectiva teórica metodológica em que a análise realizada é de conteúdo temático utilizamos a análise de conteúdo como proposto por Bardin (1977). Definimos, dentro da dimensão ação empreendedora, 01 (uma) categoria do estudo denominada Imagem Conceitual,

descrevemos e analisamos suas subcategorias: Disposição pessoal; intuição; visão integral; desprendimento; convivência com riscos; autonomia e subjetividade a partir da realidade vivida pelos agentes sociais na tentativa de compreendermos como esses atores se utilizam da imaginação conceitual e quais os impactos evidenciados na vida dos pescadores associados, dos seus familiares, bem como na comunidade e na própria Associação dos Pescadores de Brasília Teimosa na cidade do Recife-PE (FLICK, 2009; CRESWELL, 2007).

No processo de validação e Confiabilidade, foram utilizados vários mecanismos, tais como: validação comunicativa; auditoria da investigação; descrição detalhada do processo de investigação, entrevistas preliminares e transcrição realizada e posteriormente enviada aos participantes da pesquisa (esse último ponto, como meio de refutarem ou contribuírem com novos achados) quanto à forma de trabalho que tem sido realizado pelos empreendedores sociais (CHIZZOTTI, 2010; PAIVA JR.; LEÃO; MELLO, 2009; GLASER E STRAUSS, 1967 apud FLIK, 2009; DUARTE, 2008; CRESWELL, 2007; KIRK; MILLER, 1996 apud FLICK, 2004; NAN LIN, 1999; BARDIN, 1977).

5. Análise e projeção social: Empreendimentos sociais em movimento

O sucesso de empreendimento está ligado às normas estabelecidas pelos gestores que compõe sua diretoria; a gestão de negócios sociais, por sua vez não está longe dessa perspectiva analítica; percebida pela ótica da gestão de empreendimentos sociais sustentáveis, em cena, a Associação dos Pescadores Artesanais Brasília Teimosa na cidade do Recife-PE. Hisrich (2009) apresenta perspectivas de esses sujeitos possuírem perfil marcado por suas experiências psicossociais, influenciando nas tomadas de decisão sobre os processos decisórios nas instituições. Esse processo ocorreu na posse da atual gestão da APABT quando movidos pelo sentimento de pertença com o local disseminaram informações entre os associados quanto às necessidades existentes na comunidade, bem como propagaram informações que mudaram as perspectivas que esses sujeitos viviam.

As mudanças ocorridas na gestão social sinalizam para a evolução da administração desse tipo de instituição; O modelo apresentado possibilitou modificações na estrutura comercial, a exemplo, da gestão partilhada ou coletivizada e da autonomia compartilhada que configura a gestão da APABT. A mudança no comportamento organizacional impulsionou a efetivação de projetos e criaram novos desafios; o empreendedor social é evidenciado sob o marco das experiências vividas que se manifestam em um cotidiano de intervenções na comunidade a partir da gestão de projetos socioeconômicos; essas experiências influenciam nas decisões pessoais e profissionais vividas pelos gestores, associados e pela comunidade. O (quadro 02) demonstra uso que os gestores da APABT fazem da Imaginação Conceitual a partir de seus elementos, esses indivíduos partilham de uma realidade intersubjetiva.

Quadro (02): Imaginação Conceitual em empreendimentos sociais.

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO – (10) Imaginação Conceitual	Absoluta	Relativa (%)
101	Convivência com risco	14	29,00
107	Visão integral	10	21,00
106	Subjetividade	09	18,00
102	Autonomia	09	18,00
103	Disposição pessoal	05	10,00
104	Intuição	02	4,00
Total		49	100,00

Fonte: Elaboração própria (2013).

Os elementos que mais se destacaram na dimensão Imaginação Conceitual foram Convivência com risco (29%), visão integral (21%) e Subjetividade e autonomia (18%). Afirmar que o empreendedor social possui conhecimento prévio acerca do trabalho que desenvolve faz com que se entenda por que esses indivíduos operacionalizam e realizam investimentos, muitas vezes com risco.

O elemento convivência com risco tem sido evidenciado pela capacidade que os gestores da APABT possuem de empreender, bem como a percepção desses sujeitos sobre o trabalho realizado pelos seus colaboradores na pesca, no artesanato, na inclusão digital ou nos cursos educacionais; seu conhecimento técnico e suas práticas e a tomada de decisão no âmbito da instituição é perpassada pela imaginação conceitual que os gestores da APABT carregam em sua formação pessoal.

Os estudos de Gaigar (2008) e Lowe e Marriot (2005) assinalam que esses agentes sociais se articulam a partir de problemáticas que afetam igualmente as organizações e que são guiados pelo princípio de autogestão e cooperação; acrescentam ainda que esses gestores não costumam fracassar em suas atividades de riscos; O elemento convivência com risco pode ser observado no relato do Gestor G1 da APABT ao afirmar que:

Por exemplo, eu sou neto e filho de pescador [...] todos os dias tenho que tomar decisões. Já pensamos em parar, mas quando vejo o quanto lutamos para reerguer essa Associação [...] está no sangue, minha vida é isso aqui, eu vivo a pesca, não sei até quando, mas eu vivo isso aqui! [...] Às vezes, nem durmo pensando como faremos para pagar as contas ou melhorar a estrutura do prédio e o que oferecer de melhor para o pescador (Gestor G1 da APABT, 2012).

Esse extrato revela a forma como ocorre o gerenciamento das atividades comerciais e como os gestores projetam as atividades sociais. Sendo assim, percebeu-se que a habilidade dos gestores no que concerne gerenciar as atividades de risco, contribui para o desenvolvimento dos negócios sociais.

O elemento visão integral (21%) foi evidenciado com elemento que se destacou em terceiro lugar das ocorrências empreendedoras da APABT, a instituição social é permeada pelo processo de trabalho de seus gestores sociais possibilitando a superação dos limites permitidos pela organização. De acordo com o estudo de Modica (2009), as perspectivas acerca da visão integral desses sujeitos, as ações dos atores são articuladas de maneira sistêmica, possuem visão integral dos processos em que estão inseridos. Para isso, aplica-se uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseada nas características naturais e culturais do território como as ações de proteção, educação e promoção das atividades proporcionando o crescimento da economia. O extrato a seguir acerca da visão integral dos processos de trabalho vivenciados pelo gestor G1 da APABT, ao afirmar que:

Creio que a parceria só teve fim por causa da má gestão, hoje o pescador está sofrendo, a família do pescador também e nós que somos a atual gestão, estamos nos desdobrando para recolocar a Associação nos trilhos do desenvolvimento, reformulando novos projetos [...] (Gestor 01 – presidente da APABT).

Os gestores da APABT possuem foco em situações-problemas, mediam conflitos, constroem relatórios, montam estratégias para desenvolverem ações que melhorem as condições de vida do pescador; as necessidades que os profissionais da pesca e as comunidades possuem estão na agenda da instituição como prioridade, bem como a própria necessidade que a APABT possui para se manter no mercado. Os gestores possuem visão integral do processo quanto à reformulação dos projetos, desempenhando atividades que beneficiam tanto ao segmento em que atuam a (pesca) quanto à comunidade; a APABT apresenta as seguintes propostas: a) Reformulação de novos projetos; b) Criação de novos espaços para o desenvolvimento da pesca na comunidade; c) Processo de rearticulação e fortalecimento da categoria junto ao mercado; d) Desenvolvimento e reestruturação do polo gastronômico para Brasília Teimosa; - e, f) Fortalecimento da comunidade em detrimento as suas necessidades sociais.

Os elementos subjetividade (18%) foram evidenciados em destaque ocupando a terceira posição como elemento imaginação conceitual na Ação Empreendedora. A subjetividade pode ser evidenciada como intenção dos sujeitos em uma instancia temporal. Sousa e Paiva Jr., (2012), apontam sobre o empreendedor possuir a subjetividade como elemento capaz de contribuir para o sucesso da instituição. O elemento subjetividade vislumbra a criação de um campo de ação proativo vislumbra a expansão das alianças e fortalecimento da imagem com repercussão no cenário nacional e mundial. O relato do Gestor G1 a seguir exemplifica a dimensão subjetiva pelas quais operam dentro da instituição.

[...] nós não temos parceiros, a nossa diretoria é formada por nós mesmos. Somos um grupo de parceiros. Dependemos de nós mesmos e da força do nosso trabalho, nos articulamos com a comunidade para vender os produtos e serviços que dispomos. (Gestor G1 da APABT, 2012).

O lugar do elemento Autonomia (18%) na ação empreendedora tornou a gestão ainda mais flexível. Merece atenção por estar diretamente relacionado aos aspectos como tomada de decisão e articulação entre os sujeitos. Para os gestores sociais da APABT, a autonomia esta relacionada com a independência e liberdade que possuem para tomar decisão e resolver os problemas existentes, bem como para gerenciar as atividades de cada setor, mesmo assim, a autonomia exercida pelos gestores não os distanciam, ao contrário, permite o surgimento de um fenômeno social, denominado no estudo de autonomia compartilhada.

Barros, Madruga e Ávila (2012) sinalizam que empreendedores sociais são inovadores com uma missão social, existindo assim, uma relação entre as associações e as dimensões da atitude empreendedora; as instituições sociais são nutridas pelo desejo de terem sua autonomia assegurada, no sentido de construir uma gestão capaz de gerir seus próprios negócios, sem perder o foco de sua “missão” que é atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando o aperfeiçoamento das ações com ética. O relato do Gestor G1 a seguir caracteriza bem a situação acerca da atitude desses empreendedores sociais na APABT:

As portas se fecharam quando não apoiamos politicamente nenhum candidato, resolvemos agir de acordo com nossa consciência. Nosso dever era assegurar o melhor para a comunidade, para pescadores e seus filhos. Não podíamos nos vender, foi contra esse tipo de atitude que nos levantamos (Gestor G1 da APABT, 2012).

Nesse sentido, subjetividade e autonomia estão imbricadas com o elemento disposição pessoal, juntos integram e dão sentido a dimensão Imagem Conceitual. A dedicação do

empreendedor social quanto aos trabalhos que desenvolve na APABT tem como princípio o enfrentamento dos problemas existentes.

A este esforço dar-se o nome de Disposição pessoal (10%). Assim, a disposição pessoal permite muitas vezes aos atores envolvidos executarem múltiplas atividades, tais como: abrir e fechar a associação, limpar, organizar, servir aos colaboradores e as comunidades. O trabalho é realizado por todos desde a venda da água e do gelo aos serviços de melhoramentos para a população. Existe na associação uma ampla liberdade de entrada e saída dos funcionários e colaboradores. Um caso episódico é relatado no relato a seguir exemplificando como a disposição pessoal faz parte da vida desses empreendedores sociais.

Temos um horário [...] fictício. Como o pescador não tem hora para voltar do mar, abrimos quase que 24 horas por dia. Os próprios gestores é quem atendem os pescadores, a venda de água fica por conta de quem estiver na hora na Associação (Gestor G3 da APABT, 2012).

Pereira, Cordeiro e Batista (2012) sinalizam que esses atores se utilizam da racionalidade e intuição como elementos que contribuem para melhor identificação e aproveitamento de oportunidades de negócios, conservando-se no empreendedor a paixão pelo trabalho e o reconhecimento de que a experiência acumulada fortalece o processo decisório amadurecendo tanto os sujeitos como as instituições no enfrentamento de novos desafios. É possível perceber no relato do Gestor (G3) a perspectiva apresentada acima quanto ao esforço empregado no tempo de trabalho na própria instituição.

Assim, a motivação como *recompensa* não se limita a fatores meramente financeiros, mas também existenciais (pessoais) (RIBAS, 2011). A articulação interna e o comprometimento desses atores são percebidos a partir do melhoramento contínuo na comunidade. Em fim, a disposição pessoal é atrelada muito mais ao desejo pela mudança e a identificação com o trabalho que realizam; de acordo com o Gestor G3, acerca da disposição pessoal ao afirmar que: “*Às vezes estamos cansados, mas existe a necessidade, por amarmos isso aqui, estamos sempre dispostos!*”. Os empreendedores sociais possuem duas necessidades vitais a manutenção da instituição: i) incentivar a prática e profissionalização da pesca em Brasília Teimosa; e, ii) gerar renda para a manutenção do espaço social e dos colaboradores. Esse advento vem acompanhado pelo que está sendo denominado de Intuição.

O elemento intuição (2%) apesar de não receber destaque quanto às ocorrências, merece atenção porque está vinculada a postura do empreendedor, as habilidades desse sujeito e ao sentimento de pertença. Pereira, Cordeiro e Batista (2012), sinalizam que esses atores utilizam a racionalidade e a intuição para o fortalecimento da identidade empreendedora, bem como aproveitamento de oportunidades de negócios e o reconhecimento de que a experiência acumulada fortalece o processo decisório e amadurece tanto os sujeitos como as instituições no enfrentamento de novos desafios. O relato a seguir exemplifica bem como a intuição do empreendedor é evidenciada na gestão de empreendimentos sociais.

Nossa luta é essa, por isso, que assumimos o risco em 2011 com o grande desafio de reestruturar a parte comercial da associação e dar novos rumos ao que chamamos de luta pelo social. Cuidamos dos negócios comerciais, mas nos preocupamos com a saúde e com a integridade do pescador, afinal, ele sustenta sua casa, se adoecer ou não trata uma doença como trabalhará? [...] tentamos a todos os momentos estabelecer uma linguagem única com eles (Gestor G 1 da APABT, 2012).

Dessa forma, Os empreendedores sociais são direcionados por este sentimento (apesar do estudo ter revelado que esses sujeitos não conferirem lugar de destaque à “intuição”) compreendem que é necessário “arriscar” quando se trata de implementar determinado projeto; nesse momento a intuição serve para analisar as possibilidades de sucesso ainda que

haja perdas esses sujeitos a veem como aprendizado para análises de projetos futuros. Mesmo com a APABT em processo de falência, os empreendedores sociais perceberam que era possível reverter à situação, pois dispõem de produtos e serviços que são essenciais tanto aos pescadores, quanto as comunidades.

6. Conclusões

Tendo como ponto central os questionamentos sobre as ações desenvolvidas pelos empreendedores sociais. O estudo revelou que esses sujeitos se utilizam da ação empreendedora para a promoção e fortalecimento socioeconômico a partir da dimensão da imaginação conceitual e suas subcategorias: a) desejam que os associados sejam beneficiados com as relações que desenvolvem a partir da prática trabalhista; e, b) anseiam por contribuir com as mudanças nas comunidades populares, se utilizam de elementos culturais para a promoção do bem estar coletivo.

Dessa forma, o sujeito empreendedor possui capacidade de gerenciar empreendimentos e impulsiona-los com as habilidades que lhe são inatas ou aprendidas; Esses sujeitos são evidenciados como agentes de mudanças; suas ações são direcionadas a construção de espaços sociais dialógicos. Os gestores sociais sentem necessidade de serem reconhecidos como agentes de mudanças efetivas nas comunidades e o sucesso financeiro percebido como consequência de um trabalho árduo capaz de firmar a instituição como agente eficaz à minimização de problemas sociais. Nesse sentido, pensamos no empreendedor social como um profissional agente-transformacional.

Cabe reafirmar que os empreendedores sociais se utilizam da ação empreendedora para o desenvolvimento de “políticas próprias” que possibilita a entidade sobreviver no mercado, por não encontrar no Estado ações que legitimem e contribuam com o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades, bem como da própria instituição social. Portanto, esta perspectiva se confirma quando os atores sociais assumem o pressuposto que há uma minimização da ação do Estado na comunidade, necessitando maiores esforços quanto à institucionalização dos empreendimentos sociais contribuindo com o aumento do emprego, redistribuição de renda, criação de fóruns que validem as ações empreendedoras a enfrentamento das problemáticas sociais da realidade social vivida nesse contexto de empreendimento social sustentável.

Esses sujeitos discutem quais retornos os trabalhos trarão para as comunidades a partir de dois pilares: como eles estão contribuindo com o desenvolvimento da comunidade na esfera econômica e sociocultural. Cabe ressaltar que uma entidade social como a Associação estudada possui uma estrutura inovadora com foco no desenvolvimento do campo social, os projetos visam reestruturar os serviços oferecidos aos associados e a comunidade, todavia, apresenta características semelhantes a outras instituições do país, tais como: a) fragilidades na gestão (mão de obra especializada); b) dificuldades encontradas para se firmar parcerias e a efetividade dos projetos; c) maior comprometimento do Estado na criação de políticas afirmativas que corroborem com seu desenvolvimento e fortalecimento.

Nesse sentido, foi identificado o primeiro fator limitador baseado nas condições políticas que legitimam as ações dos sujeitos, como a discussão acerca da efetivação e constitucionalização de empreendimentos sociais sustentáveis, uma vez que ainda é mínima na agenda do Estado como formulador de política pública voltada para as demandas sociais dessas comunidades; compreende-se ser este um vetor que dificulta a sua consolidação. Assim, sugerimos ao Estado um olhar sobre as perspectivas que norteiam o desenvolvimento

dos empreendimentos sustentáveis em países como França, Portugal e Alemanha que arrecadam cerca de 15% do PIB desses países advêm dessas instituições sociais.

As atividades das instituições sociais são orientadas para a profissionalização e capacitação de jovens e adultos para o mercado de trabalho. Mesmo sem parcerias estatais, essas instituições promovem impactos quanto à minimização da pobreza e da criminalidade, através de atividades desenvolvidas (cursos de capacitação); contribuem com o fortalecimento socioeconômico e minimização dos conflitos nas comunidades.

7. REFERÊNCIAS

- ASHOKA, EMPREENDEDORES SOCIAIS - **O que faz um empreendedor social**. 2012. Disponível em: <http://www.ashoka.org.br/visao/empreendedorismosocial/>. Acessado em 09 Junh.2013.
- BARROS et al., **Empreendedorismo: Soluções inovadoras para questões sociais**. Desenvolvimento em Questão. Ed. Unijuí. Ano 11, n. 23, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70. 1977. p. 225
- CAMPOS, L. M. de Souza.; ANDION, M. C. Martinez. **Avaliação de Projetos Sociais em Organizações da Sociedade Civil: Um Estudo sobre Concepções e Práticas**. ANPAD / 2011.
- COUTINHO, Clara Pereira; CHAVES, José Henrique. O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 001, p.221-243, 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37415111.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2007.
- DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DE LA MORA, L, DE LA MORA, C.C, **Gestão Pública Local Compartilhada: Consórcios e Orçamento Participativo**. A universalização da Gestão Democrática - Orçamento Participativo x Prioridades de Política Urbana para as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- DIAS. G.S, **Regularização fundiária em zonas de especial interesse social**. Integração, 2008, ano XIV, nº 53. Integração. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/desenvolvimento_urbano/gestao_urbana/IPT_par%C3%A2metros_urbaniza%C3%A7%C3%A3o_de_favelas.pdf. Acessado em: 20 Dez. 2012
- ELKINGTON, J.; HARTIGAN, P. **The power of unreasonable people**. How social entrepreneurs create markets that change the world. Boston, Massachusetts: Harvard Business Press, 2008.
- FARIAS, I. Q.; MOREIRA, V.; VIDAL, F. A. **Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do grande bom jardim**. 2010. Disponível em http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/emp_soc_ec_sol.pdf. Acessado em: 01 Out. 2013
- FLORES. Murilo, **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte, Ed. 2006.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GOHN, M.G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 33ª Reunião Anual da ANPEd, 2010. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47. Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho, 2011.

- IES - Instituto de Empreendedorismo Social. **O que é o empreendedorismo social?** Disponível em: http://www.ies.org.pt/conhecimento/empreendedorismo_social/ Acessado em 20 jun 2012.
- GAIGER, Luiz Otra Economía - Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008 - ISSN 1851-4715 - www.riless.org/otraeconomia. 2008. HISRICH, Robert D.; PETERS Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- IBGE. **Perfil das cidades brasileiras**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/grafico_cidades.php?codmun=261160&tema=pibmunic/2010. Acessado em 04 Junh. 2012.
- KNIGHT, F. H. Originally published by University of Chicago Press in 1921. **Risco e Incerteza e o papel vital do empresário no lucrativo** (*Risk, Uncertainty and Profit*). New York, ed. Cosimo, 2005.
- INES, CASES. Instituto Nacional de Estatística (INES) / Cooperativa Antônio Sérgio para Economia Social. **Economia social na Europa, 2012**. Disponível em: www.ine.pt/ngt_server/ Acessado em Agost. 2013
- JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional: e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva 2010, p 399.
- LEÃO, MOUTINHO E XAVIER. **Os condicionantes de crescimento arranjo produtivo local de apicultura na região do Araripe, Pernambuco RACE**, Unoesc, v. 11, n. 1 Ed. especial agronegócios, p. 75-102, 2012
- LOWE, R.; MARRIOT, S. **Enterprise: entrepreneurship and innovation. Concepts, contexts and commercialization**. Elsevier: Butterworth-Heinemann, 2006.
- LOPES, Plínio, **Estratégia Empresarial**. Observatório do Emprego e Formação profissional – Conferência Nacional – Economia Social e Promoção de Emprego. <http://www.oefp.pt>, 2006.
- MELO, Creusa da Silva. **Política pública de economia solidária no Brasil? : avaliação política dos seus fundamentos ideológicos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, Recife, 2012.
- MODICA, Rosaria. As Redes Europeia e Global dos Geoparques (EGN e GGN): proteção do patrimônio geológico, oportunidade de desenvolvimento local e colaboração entre territórios. *Geol. USP, Publ. espec.*, oct. 2009, vol.5, p.17-26. ISSN 1676-7829.
- MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Teoria Geral da Administração**. [S.l.]: Pioneira Thomson Learning, 2002. ISBN 85-221-0308-9
- OLIVEIRA. D. M. de., ROCHA. M. C. L. da., PINTO, F. R. **Empreendedorismo social com inclusão digital: o caso Pirambu digital. Análise**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 20-33, 2009. <http://www.publicationethics.org/http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/3582>. Acessado em: 10 de Junho de 2013.
- OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias**. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista - Unesp, Franca, 2004.
- _____. **Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias**. **Revista FAE**, Curitiba, v. 7, p. 9-18, jul./dez. 2004.
- PAIVA JR. F. G. **O Empreendedorismo na ação de empreender: uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schütz**. Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte, 2004. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- PEREIRA et al. **Empreendedorismo regional: um olhar sobre a identidade cultural em narrativas locais – XXXVI encontro ANPAD/ 2012**.

PIRES, Álvaro P.. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 154-211.

RODRIGUES, A. L. **Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social**. Organizações & Sociedade, 2007.

SOUSA, J. L. de., PAIVA JR, F. G. **Empreendedorismo no Setor Público: A dinâmica da Fundação Joaquim Nabuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana - 2012.

SOUZA, E. C. L.; GUIMARÃES, T. A. (Orgs). **Empreendedorismo além do plano de negócio**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.